



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

**CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES:
UM ESTUDO DA REPERCUSSÃO DO “DIA DE ANCHIETA”
NA MÍDIA IMPRESSA (1965-1968)¹**

Rafael Kasper²

Resumo:

Este artigo procura analisar a repercussão que o “Dia de Anchieta”, instituído pelo Marechal Castelo Branco em 1965, teve na grande imprensa brasileira dos anos de 1965 a 1968. Através da análise dos artigos jornalísticos, percebemos que o empenho de padres e leigos católicos pela instituição dessa data em 1965 consistiu, na verdade, numa estratégia para que estes obtivessem o apoio dos militares e, principalmente, recursos financeiros para a dispendiosa causa da beatificação do missionário jesuíta, que vinha se arrastando desde o século XVII e que teve êxito apenas em 1980, pela ação do papa João Paulo II.

Palavras-chave:

“Dia de Anchieta”; imprensa; Ditadura Militar; relação Igreja e Estado; processo de beatificação;

Abstract:

This article aims to analyze the impact that the "Day of Anchieta", created by Marshal Castelo Branco in 1965, was the great Brazilian press the years 1965 to 1968. Through analysis of newspaper articles, we realize that the commitment of priests and lay Catholics by the institution that date in 1965 was in fact a strategy so that they gain the support of the military and, especially, financial resources for expensive cause of the beatification Jesuit missionary, who had been dragging since the seventeenth century and which was successful only in 1980, by the action of Pope John Paul II.

Keywords:

"Day of Anchieta"; press; Military Dictatorship; link church and state; process of beatification.

À guisa de introdução³

Este artigo apresenta os resultados da análise que fizemos dos artigos jornalísticos – divulgados pela *grande imprensa* brasileira, nos anos de 1965 a 1968 –, tendo em vista o objetivo de avaliar o destaque dado, tanto à instituição do “*Dia de Anchieta*”, quanto às atividades culturais e cívico-educacionais promovidas pela Comissão Nacional encarregada de divulgar a vida e a obra do missionário jesuíta. Em relação à imprensa, é importante ressaltar que:

Podemos considerar os meios de comunicação de massa como *lugares de memória* da sociedade contemporânea. Mais precisamente: seriam eles, se não os *lugares de memória* (dadas as interpretações mais restritas do conceito), com certeza, espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea. Nesse sentido, não há como não assinalar, nas sociedades contemporâneas, a intrínseca relação entre os discursos midiáticos e a produção da memória (ENNE & TAVARES, 2008, p. 6).

Cabe ressaltar que a discussão em torno das motivações e dos desdobramentos da instituição do Dia de Anchieta, em 1965, consiste em lacuna na produção historiográfica brasileira, uma vez que inexistem estudos que se dediquem a desvendar a vinculação existente entre o pensamento teológico-político e a ação missionária deste missionário jesuíta e os princípios morais defendidos pelo regime militar instalado após o Golpe de 1964. A gestação do golpe e a implantação do regime militar, por sua vez, já foram amplamente estudadas, sendo significativos os trabalhos de FICO (2001 e 2004) e SIMÕES (1985), o mesmo ocorrendo em relação à participação da Igreja Católica e suas relações com o regime militar, que também foram alvo de estudos acadêmicos, destacando-se as obras de BRUNEAU (1974), AZEVEDO (2004), FÉLIX & SILVEIRA (2004) e SOUZA (2004).

Para a reconstituição do contexto histórico (político-religioso) brasileiro das décadas de 1960, 1970 e 1980, nos valem de SERBIN (2008), COMBLIN (2008), AZZI (1977 e 1978), BRUNEAU (1974), FICO (2001 e 2004), SIMÕES (1985) e FÉLIX & SILVEIRA (2004)⁴. Para a análise da repercussão do “Dia de Anchieta” na imprensa, nos valem das obras de CAPELATO (1988), DE LUCA (2005) e ELMIR (1995).⁵

Sobre a instituição do Dia de Anchieta e as comemorações

O “*Dia de Anchieta*”⁶ foi instituído pela *Lei Federal nº 55.588*⁷, de 18 de janeiro de 1965, devendo ser oficialmente comemorado no dia 9 de junho, data da morte do missionário jesuíta José de Anchieta. As comemorações⁸ foram planejadas por uma Comissão cujas tarefas foram as de convocar personalidades do mundo intelectual nacional e solicitar a colaboração de historiadores e ensaístas espanhóis, visando à realização de um Ciclo de Palestras alusivo ao missionário jesuíta; pedir a presença de um representante do Vaticano nas comemorações (o escolhido foi o jesuíta Paolo Molinari, encarregado pelo processo de beatificação do padre Anchieta); organizar os eventos do “Dia de Anchieta”; firmar convênio com a UNB para realizar um filme sobre Anchieta; firmar convênio com a Escola de Arte Dramática de São Paulo para encenações públicas dos autos de Anchieta nas regiões pelas quais ele passou (Santos, São Vicente, Ubatuba, Itanhaém); fazer um concurso literário para obras de caráter biográfico⁹ sobre Anchieta (prêmios de 1 milhão para o primeiro colocado e Cr\$ 500.000,00 para o segundo colocado); confecção de placas comemorativas em prata e bronze para serem distribuídas aos participantes dos eventos; patrocinar o traslado de uma relíquia de Anchieta, vinda de Roma; e, ainda, de editar as obras completas de Anchieta¹⁰.

Integravam a Comissão Nacional além de Júlio de Mesquita Filho (presidente do jornal “O Estado de São Paulo” na época), como presidente, Aureliano Leite (membro da Academia Brasileira de Letras), Eurípedes Simões de Paula, João Fernando de Almeida Prado, César Salgado, Mário Neme e Lúcia Falkenberg (presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Bertioga-SP). O Ciclo proposto pela Comissão se iniciou com a palestra de Pedro Calmon intitulada “O Irmão José” e prosseguiu nos dias seguintes com a exposição do almirante espanhol Julio Guillen, no dia 11 de junho, cujo título era “Uma página pouco conhecida da História do Brasil na época do padre Anchieta”; no dia 14, o padre Francisco Mateos falou sobre “Últimas investigações históricas sobre a vida e a obra do padre Anchieta”; no dia 16, o prof. Salvador Lopez Herrera proferiu palestra sobre “Anchieta e a fundação de São Paulo”. O Ciclo prosseguiu (a partir do dia 23 de junho seria uma por semana) com as palestras de “monsenhor José Conceição Paixão, pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo; no dia 30, do prof. Julio Garcia Morejon¹¹, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo; no dia 7 de julho, do Dr. César Salgado, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; e no dia 14 de julho, do padre Helio Abranches Viotti, pela Companhia de Jesus”. (O Estado de São Paulo, 10/06/1965, p. 19)

O governo do Estado de São Paulo também tentou se associar aos festejos anchietanos através de um decreto de 26/04/1965. Esse decreto dizia o seguinte: Artigo 1º - Associar o governo do Estado à celebração do Dia de Anchieta, em 9 de junho próximo; Artigo 2º - Determinar à Secretaria do Governo que elabore, conjuntamente com a da Educação, o programa oficial respectivo; Artigo 3º - Instituir o prêmio “Anchieta” para o melhor trabalho sobre a cidade de São Paulo, desde a sua fundação; Artigo 4º - Promover, nos estabelecimentos de ensino, aulas recitais a respeito de Anchieta e sua obra; Artigo 5º - Renovar, no dia de Anchieta, a confiança do povo e do governo bandeirantes no sentido da canonização do Apóstolo do Brasil; Artigo 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Folha de São Paulo, São Paulo, 28/04/1965, s/p)

O decreto expedido pelo governador de São Paulo evidencia a preocupação em cooptar todo o sistema educacional, com o intuito de dar ênfase ao grande homem que foi Anchieta, fundador de São Paulo, além, é claro, de integrar o estado paulista aos festejos.

O destaque dado pela imprensa brasileira

De posse dos artigos veiculados por jornais da “*grande imprensa*” brasileira à época¹² – *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Zero Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* – demos início à análise proposta. A análise considerou os termos utilizados, a tiragem, e, ainda, as relações com instituições políticas e econômicas, os editoriais, as motivações desses jornais ao destacarem uma determinada notícia, os temas priorizados, a linguagem empregada e o público que o jornal espera atingir, já que, segundo Capelato (1988, p. 21),

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.

A transcrição possibilitou a identificação de determinadas categorias que nos ajudaram a melhor entender a repercussão do Dia de Anchieta na mídia impressa, e reforçaram nossa constatação de que

os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam

do público que o jornal ou revista pretende atingir (DE LUCA, 2005, p. 140).

A primeira categoria que definimos considerou os termos mais recorrentes empregados nos artigos. Pudemos constatar que os artigos divulgados em *O Estado de São Paulo* empregam termos como *Civilização bandeirante*; *primeiro magistrado da nação*; *verdadeiro bandeirante da fé*¹³; *pacificador*; *defensor*; *povo tradicionalmente católico*; *grande místico*; *chefe do Estado brasileiro*; *subversão*; *chefe incontestado da nossa Revolução*; *potência das trevas* (em 1965), *Apóstolo e figura polivalente* (em 1966), *Apóstolo do Brasil* (em 1967) e *Apóstolo Educador* (em 1968), termos que remetem ao estado crítico em que o país se encontrava e o papel de salvadores reservado aos militares. Os temas abordados pelo periódico contemplam desde a beatificação, a vida e a obra de Anchieta, até os encontros da Comissão organizadora e a divulgação das atividades a serem realizadas. Além disso, esse periódico noticia em 1968, a formação de uma nova Comissão, constituída por Julio de Mesquita Filho, Pe. José da Frota Gentil, Mal. Odilio Denis¹⁴, Dagmar Aderaldo Chaves e João Batista da Motta e Albuquerque.

Já os artigos divulgados pelo *Jornal Folha de São Paulo* apresentam o Brasil como um exemplo para o mundo moderno. Os termos mais recorrentes são: *visão profética*; *primeiro bandeirante*; *inesquecível jesuíta*, *apostolado ardente e idealista ao se referir a Anchieta*; *espírito belicoso do selvagem*, *ao falar dos indígenas*; *conquistar e aperfeiçoar os espíritos*; *obras sociais complementares em relação à atuação da Igreja Católica no novo contexto* (em 1965) *Taumaturgo do Novo Mundo*, *Missionário que atendeu à grande pátria que se formava*, *Santo do Brasil*, *dramaturgo*, *mais Santo de todos os Santos* (em relação a Anchieta) e *derrota das forças malignas* (em 1966), *santo* (em 1967) e *fundador da cidade* (em 1968). Dentre os temas destacados por este jornal está a campanha de beatificação de Anchieta; dados sobre a programação dos festejos; atividades do governo do Estado de São Paulo; narração detalhada sobre festejos anchietanos já realizados; informações sobre a vida de Anchieta e discursos do governador Ademar de Barros e do Marechal Castelo Branco.

Os artigos de *O Globo*, por sua vez, empregam recorrentemente os termos *costumes civilizados*; *língua dos selvagens*; *homem do neolítico*, *presentes nos recortes sobre a biografia de Anchieta*; *reliquia e produção literária* (em 1965) e *Primeiro Santo do Brasil e Apóstolo* (em 1967). Para nossa surpresa, nos exemplares analisados referentes aos anos? de 1966 a 1968 não foram encontrados artigos que tratassem direta ou indiretamente de Anchieta. Já no jornal *Zero Hora* encontramos um artigo que se caracteriza pelo emprego de termos como *desenvolvimento material*; *conquistar e aperfeiçoar os espíritos*; *obras sociais*

complementares, presentes no discurso do Marechal Castelo Branco ao desencadear as comemorações do *Dia de Anchieta*, que foi transcrito na íntegra pelo jornal.

Por último, o *Jornal do Brasil* publicou três artigos no ano 1966, que se referiam às ações do Movimento pela Canonização de Anchieta e o apoio do chanceler brasileiro, Juracy Magalhães, defendendo que ocorresse o traslado dos ossos de Anchieta de Portugal para o Brasil. Em 1967, encontramos a notícia de que 420 parlamentares brasileiros assinaram um pergaminho¹⁵ com um pedido especial para a beatificação do jesuíta¹⁶. Segundo a mesma fonte, a petição em forma de pergaminho “será encaminhada ao Papa Paulo VI, através da Presidência do Congresso Nacional e de autoridades eclesiásticas do País” (JORNAL DO BRASIL, 21/01/1967) O pergaminho possuía o seguinte teor:

Santíssimo Padre, os representantes do povo brasileiro abaixo assinados humildemente prostrados em oração suplicante aos pés de vossa augusta majestade, interpretando o pensamento unânime da Nação brasileira, pedem que, pela autoridade que exerce Vossa Santidade, mande, conforme as normas do Direito Canônico, que seja instaurado o processo de beatificação e canonização do padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus, popularmente chamado “O Apóstolo do Brasil”(JORNAL DO BRASIL, 21/01/1967).

Nesses quatro artigos que mencionamos, Anchieta é chamado de *Apóstolo do Brasil* e os temas giram em torno da ação apostólica do jesuíta. Já em 1968, não foi encontrada nenhuma publicação sobre Anchieta nesse periódico.

A segunda categoria que criamos foi a que denominamos de Relações Políticas, que revela a posição do jornal frente à instituição da data comemorativa, enquanto que a terceira categoria criada foi a de Motivações¹⁷, que considerou os interesses do jornal na divulgação e/ou destaque dado a notícias que tratavam do missionário jesuíta e do Dia de Anchieta.

É importante ressaltar que o jornal *O Estado de São Paulo* sempre se posicionou a favor das forças políticas mais conservadoras, apoiando o golpe e sua legitimação.¹⁸ O diretor do jornal, Júlio de Mesquita Filho, foi inclusive o presidente da Comissão Nacional encarregada das comemorações do “Dia de Anchieta”, o que explica o grande destaque dado ao acontecimento no periódico¹⁹. O jornal *Folha de São Paulo* [idem anterior]– que também divulgou notícias sobre o Dia de Anchieta – apoiou o regime militar, desde o momento do golpe até fins do governo de Ernesto Geisel, quando sofreu uma significativa mudança nos seus quadros e na sua linha editorial.²⁰ O jornal *O Globo*²¹, por circular no Estado do Rio de Janeiro –onde não estavam sendo realizadas as comemorações, divulga informações sobre o “Dia de Anchieta” para dar destaque à atuação do governo militar. O jornal *Zero Hora*

[idem]– lançado em 1964, após o fechamento do jornal *Última Hora* – assumiu uma postura de apoio ao governo militar.²² Acreditamos que o destaque dado ao discurso do marechal Castelo Branco possa ser atribuído ao interesse na divulgação dos conflitos entre militares e religiosos.

Em relação à linguagem utilizada nas matérias que analisamos, pudemos constatar que a empregada pelos articulistas do Jornal do Brasil²³ é culta, já que o jornal se destina à classe média. O jornal publicou notícias sobre o Dia de Anchieta, para destacar e dar visibilidade às iniciativas governamentais, numa postura evidente de apoio ao regime militar.

Após a análise dos artigos jornalísticos, elaboramos um esquema onde o foco foi perceber quais os principais temas publicados nos periódicos, relacionando assim, a repercussão do “Dia de Anchieta” com os acontecimentos nacionais. Com isso, pudemos perceber que os assuntos políticos sempre mereceram uma maior ênfase na cobertura jornalística, e que, em períodos de maior agitação política, as matérias referentes a Anchieta restringem-se a pequenas notas na seção dos acontecimentos nacionais.

Dentre os principais acontecimentos nacionais, podemos destacar: a) em 1965: *Janeiro*: 400 anos da fundação do Rio de Janeiro; *Fevereiro*: Falência da companhia aérea Panair do Brasil; *Março*: Comemorações do 1º ano da “Revolução Democrática”; *Abril*: Eleições municipais; *Maio*: Envio de tropas brasileiras para a República Dominicana; *Junho*: Comemorações do centenário da Batalha do Riachuelo; *Julho*: Lei das Inelegibilidades; *Agosto*: Enchente no RS; *Setembro*: Campanha eleitoral; *Outubro*: Eleições diretas em 11 estados, AI-2; *Novembro*: Debate em torno da posse de Negrão de Lima na Guanabara; *Dezembro*: Posse de Negrão de Lima na Guanabara; b) em 1966: *Janeiro*: Lançamento da candidatura de Costa e Silva para a presidência da República; *Fevereiro*: nenhum; *Março*: nenhum; *Abril*: nenhum; *Maio*: O nome de Costa e Silva é homologado pela Arena como seu candidato para a presidência da República; *Junho*: nenhum; *Julho*: Atentado contra o marechal Costa e Silva no aeroporto de Guararapes; *Agosto*: nenhum; *Setembro*: A UNE decreta greve geral; *Outubro*: O marechal Castelo Branco fecha o Congresso Nacional; *Novembro*: nenhum; *Dezembro*: nenhum; c) em 1967: *Janeiro*: Promulgação da nova Constituição; *Fevereiro*: nenhum; *Março*: Entra em vigor a nova Constituição, Lei de Segurança Nacional; *Abril*: nenhum; *Maio*: Inauguração da TV Bandeirantes; *Junho*: nenhum; *Julho*: O marechal Castelo Branco morre em acidente aéreo; *Agosto*: nenhum; *Setembro*: nenhum; *Outubro*: Morte de Guimarães Rosa; *Novembro*: nenhum; *Dezembro*: Criação da FUNAI; d) em 1968: *Janeiro*: Os poderes da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional são aumentados por Costa e Silva; *Fevereiro*: nenhum; *Março*: O estudante Edson Luís de

Lima Souto é morto pela polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro; *Abril*: Missa realizada na Candelária em homenagem ao estudante Edson Luís acaba com dezenas de pessoas feridas; *Maior*: Lei que previa a prisão de menores de 18 anos envolvidos em crimes contra a segurança nacional; *Junho*: Realiza-se a Passeata dos 100 mil, maior manifestação de contestação ao regime militar; *Julho*: Radicais de direita espancam os atores da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque; *Agosto*: nenhum; *Setembro*: Geraldo Vandré é preso após cantar “*Pra não dizer que não falei de Flores*” no Festival Internacional da Canção; O jornalista e deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB carioca, faz discurso no congresso criticando a ditadura militar; Lançamento da primeira edição da Revista *Veja*; *Outubro*: Prisão de líderes estudantis no 30º Congresso da UNE, realizado em Ibiúna; *Novembro*: nenhum; *Dezembro*: Instituição do AI – 5 e fechamento do Congresso por tempo indeterminado. Este levantamento levou em conta as notícias que foram publicadas em várias edições durante cada mês.

Ao analisar os artigos jornalísticos que remetiam ao processo de beatificação de José de Anchieta, no período de 1965 (ano da instituição do “Dia de Anchieta”) a 1980 (ano da beatificação do missionário) nos jornais *O Estado de São Paulo* e na *Folha de São Paulo* e na revista *Veja*, pudemos constatar que a imprensa [nota final da frase], sobretudo na década de sessenta, favoreceu a retomada do processo de beatificação do missionário jesuíta, em especial, através da divulgação dos prodígios realizados pelo *Apóstolo do Brasil*.²⁴ Também percebemos que há, nas páginas desses periódicos, a reprodução das principais representações do jesuíta. O jornal *O Estado de São Paulo* descreveu Anchieta como “*insigne missionário, medianeiro de graças divinas, santo padre, dons sobrenaturais, Taumaturgo do Brasil, Apóstolo do Novo Mundo, grandeza moral, pobre e inútil irmão José e apóstolo educador*”. A *Folha de São Paulo*, por sua vez, retratou o missionário como “*Taumaturgo do Novo Mundo, Santo do Brasil, Taumaturgo do Brasil, Santo*” E, por fim, a revista *Veja* descreveu o jesuíta como “*franzino, batina esfarrapada, poeta, primeiro brasileiro a ascender à glória dos altares*” e vinculando-o, ainda, a termos como “*fama de santidade*”, “*bem pastoral*”, “*santo padre*”, “*fundador de São Paulo*”, e fazendo menção à “*tíbia miraculosa*”. O espaço concedido aos milagres de Anchieta e o emprego desses termos revelam o apoio dado à Causa da beatificação, na medida em que reforçam a imagem santa e miraculosa de Anchieta, difundindo entre seus leitores a fama de santo milagreiro.

O missionário Anchieta, a Igreja Católica e os militares

O grande momento de repercussão das comemorações do *Dia de Anchieta* na imprensa no ano de 1965 é o que compreende os meses de junho a agosto, período em que ocorre um Ciclo de Palestras sobre a vida e a obra de Anchieta e a organização de festejos alusivos ao missionário jesuíta em cidades próximas a São Paulo, onde ele atuou. Em janeiro e fevereiro desse ano não há referências nos jornais, uma vez que a Comissão ainda não havia iniciado os trabalhos. Nas edições do mês de abril não localizamos artigos, pois nesse mês a prioridade dos articulistas foi a cobertura das eleições para a prefeitura de São Paulo. Vale lembrar que no mês de setembro ocorreram as eleições estaduais, nas quais muitos membros da oposição foram eleitos, levando à instituição do AI-2 no mês seguinte. Carlos Fico analisa, assim, o Ato Institucional nº 2:

“Significativa crise militar antecedeu o Ato Institucional nº. 2 e projetou a figura de Costa e Silva como líder da linha dura e candidato inexorável à Presidência da República. Deixou Castelo Branco numa situação humilhante, já que ele tinha outros planos sucessórios. O Ato restabeleceu a possibilidade de suspensão dos direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares; impôs a eleição indireta do presidente da República; deu permissão para que ele decretasse o recesso do Congresso Nacional e demais casas legislativas, extinguisse os partidos políticos e legislasse por decretos-leis; estabeleceu foro especial para civis acusados de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares; suspendeu as garantias de vitaliciedade, mobilidade e estabilidade e ampliou de 11 para 16 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal”.(FICO, 2004, p. 74).

Já nos anos posteriores, a redução de referências ao missionário acontece de forma drástica, restringindo-se a apenas algumas notas.

Num país de esmagadora maioria de católicos, pode-se considerar a instituição do “*Dia de Anchieta*”, em 1965, como uma dessas tentativas de legitimação do regime perante a sociedade brasileira²⁵. Anchieta, símbolo da moral e dos costumes – defendidos tanto pelos leigos, quanto pela ala conservadora da Igreja Católica –, representava bem os interesses daqueles que pretendiam defender o país dos *inimigos de Deus* – os comunistas – e das ameaças de desintegração do território e da sociedade brasileira.

Após o golpe militar²⁶, setores da Igreja se mostraram favoráveis ao novo governo e muitos religiosos até pensaram que o novo regime poderia realizar muitas das urgentes mudanças sociais para o país. Mas, o que se seguiu foi a repressão sobre os grupos sociais contrários à postura ideológica seguida pelo novo governo e até mesmo a perseguição de membros do clero progressista.²⁷

Esta conjuntura pode explicar porque nos artigos divulgados pelos jornais de 1968²⁸ em diante os termos alusivos ao caráter apologético, doutrinal e moral de Anchieta diminuem de intensidade, sendo também raros os artigos que enfoquem o missionário ou mesmo atividades cívico-educacionais ligadas ao Dia de Anchieta. Nos artigos referentes a esses anos, Anchieta é chamado apenas de *Apóstolo do Brasil*, denominação através da qual é mais conhecido pela população brasileira.

A considerável redução de artigos referentes às comemorações alusivas a Anchieta durante o segundo semestre do ano de 1965 e nos anos de 1966, 1967 e 1968, deve ser, necessariamente, associada ao clima de tensão político-ideológica do período, momento em que a evocação ao *Apóstolo do Brasil* e o resgate do pensamento político e de sua ação moralizadora de Anchieta não se mostravam mais tão eficientes para contornar a oposição ao regime instalado em abril de 1964. Questões sociais mais urgentes e decisões políticas mais drásticas passaram a ocupar as páginas dos jornais após julho de 1965.

A valorização – e a apropriação – do pensamento e da ação missionária de José de Anchieta, bem como o resgate de sua memória através de uma série de iniciativas cívico-culturais e educacionais, vinha ao encontro das aspirações de setores mais conservadores da sociedade brasileira, grupos que apoiavam o regime militar e estavam empenhados em eliminar a ameaça comunista. Isto evidencia que houve uma efetiva identificação de muitos civis e militares com o pensamento e a atuação do *Apóstolo do Brasil*, na medida em que este pregava a legitimidade do uso da força contra os infiéis ou hereges que comprometiam o sucesso da empresa da conversão. Essa concepção, imbuída do pensamento medieval, não diferenciava o político do religioso²⁹, sendo que Deus interferia em ambas esferas a fim de favorecer os interesses católicos. Neste contexto, o uso da força era considerado legítimo para Anchieta, razão pela qual seu pensamento servirá bem aos interesses dos governantes militares interessados em punir os *hereges comunistas*³⁰.

A análise das matérias jornalísticas divulgadas pela imprensa no ano de 1965 permitiu que constatássemos que o “*Dia de Anchieta*” foi utilizado pelos militares para promover uma determinada percepção da sociedade e da nação brasileiras: uma nação católica e uma sociedade conservadora que deveriam ser dirigidas por aqueles que representavam a manutenção de tais valores, no caso, os militares. Valendo-se daquilo que José de Anchieta representava em termos religiosos e políticos, os militares pretenderam legitimar o regime ditatorial, apresentando-se como salvadores da nação, pois, à semelhança do missionário jesuíta, estariam libertando o Brasil da ameaça estrangeira (o episódio da França Antártica³¹ é constantemente referido nos artigos pesquisados³²).

Considerações Finais

Acreditamos que esta análise nos permitiu identificar as possíveis razões para os militares terem resgatado a imagem de José de Anchieta e instituído uma data em sua comemoração; para os religiosos e leigos católicos terem proposto e apoiado a iniciativa, e, ainda, nos levou a perceber, a vinculação existente entre o *Dia de Anchieta* e a retomada do processo de beatificação do jesuíta.

A alta hierarquia católica sempre almejou a beatificação do missionário jesuíta, e, desde a sua morte, empenhou-se para isto, estimulando a produção das primeiras biografias sobre Anchieta. Contudo, tal processo se arrastou por mais de 360 anos, uma vez que José de Anchieta foi beatificado somente em 1980, por iniciativa de João Paulo II. É importante lembrar que este papado caracterizou-se por uma ampla campanha de atração de fiéis para a Igreja católica, além de ter eliminado – para a beatificação – a necessidade de comprovação de milagres previstos pelo Código de Direito Canônico. Este seria alterado em 1983, prevendo uma nova categoria de beato: a de católico respeitado pelo conjunto de sua obra, mas não milagreiro. As informações fornecidas por SOARES (2007, p. 5-6) são importantes para compreendermos as etapas de um processo de canonização:

O santo surge a partir de uma série de etapas bem definidas. [...] Primeiramente, o candidato a santo, ganha o título de “servo de Deus”. Isso quer dizer que o processo de beatificação ou canonização foi aceito pela “Congregação Para as Causas dos Santos”, um departamento do Vaticano responsável pela criação do santo em si. Se, com a leitura do material enviado ao Vaticano, suas atitudes heróicas de bom cristão forem confirmadas pelos profissionais responsáveis pela produção do santo, o servo de Deus passa a ser chamado de “Venerável”. Nesta etapa, ainda não pode haver culto público ao candidato. [...] A partir deste momento, para que o processo continue a caminhar, deve ser provada a existência de um milagre realizado por intermédio do venerável em questão. [...] Se o milagre esperado é aprovado, o venerável ascende ao grau de “beato”. O beato já pode ser cultuado, mas com restrições. Somente sua família religiosa ou seus conterrâneos têm direito para isso. [...] Para que um beato se torne santo, outro milagre de primeira grandeza deve ser comprovado e outro processo diocesano (local) deve ser iniciado. O trabalho é enorme, bastante demorado e demanda grandes investimentos financeiros.

Em relação a este último aspecto, acreditamos – baseados na análise dos jornais que realizamos – que o empenho de padres e leigos católicos pela instituição dessa data alusiva ao missionário, em 1965, consistiu, na verdade, numa *estratégia* ³³ para que estes obtivessem o

apoio dos militares e, principalmente, *recursos financeiros para a dispendiosa causa da beatificação* do missionário jesuíta, que vinha se arrastando desde o século XVII. De maneira breve, podemos dizer que o processo de beatificação de Anchieta foi iniciado, oficialmente, em 1624, quando se deu a introdução da Causa em Roma; entre 1634 e 1647 ocorreu a primeira paralisação da causa por mudanças na legislação canônica; em 1650, a Causa foi retomada em Roma e Anchieta recebeu o título de “*Servo de Deus*”; entre 1668 e 1702, a Causa foi interrompida pela segunda vez. Essa paralisação foi solicitada pela Ordem, provavelmente, devido à falta de recursos financeiros decorrentes de “problemas internos da Companhia de Jesus no Brasil”. Em 1736, Anchieta recebeu o título de “*Venerável*”; em 1773, por pressão política, a Companhia de Jesus foi extinta e a Causa de Anchieta foi interrompida novamente, sendo retomada apenas em 1883; por fim, em 1980, o Papa João Paulo II beatificou o padre José de Anchieta pelo conjunto de sua obra.

No livro “*A causa de beatificação e de canonização do pe. José de Anchieta*”, o padre Murillo Moutinho se refere não apenas à morosidade do processo e os elevados recursos necessários, como parece questionar a atuação do Vaticano em relação à Causa, ao afirmar que “É fácil para Deus fazer um Santo! Difícil é a Igreja declará-lo! Quantos milhões se foram nessa Causa?” (1980, p. 32)³⁴.

É preciso ressaltar que a Causa da beatificação recebeu, ainda, um inegável impulso neste período, através das iniciativas culturais cívico-educacionais promovidas pela Comissão encarregada das comemorações. O interesse na retomada do processo de beatificação é exposto por Julio de Mesquita Filho em seu discurso de abertura das comemorações:

[...] no intuito de emprestar às comemorações o caráter de uma decisiva contribuição à campanha em prol da beatificação de Anchieta dirigiu-se à Santa-Sé, rogando-lhe que indicasse um representante seu para figurar entre aqueles que estariam presentes nos festejos em organização. E foi com desvanecimento que, em resposta à solicitação, recebeu, logo a seguir, o nome do padre Molinari - o grande estudioso que no processo em curso no Vaticano desempenha o papel entre todos delicado de postulador da beatificação de José de Anchieta. (ANCHIETANA, 1965, p. 6)

Tais iniciativas ajudaram a difundir a fama de milagreiro do *Taumaturgo do Brasil* entre representantes de vários segmentos sociais que, em sua maioria, não eram atingidos e influenciados pelos artigos jornalísticos, e facultaram aos integrantes da Comissão Pró-Beatificação o acesso a informações sobre curas realizadas por intercessão do missionário jesuíta³⁵, além de estimularem sua invocação³⁶ por devotos católicos. É importante salientar que a figura de santo de Anchieta foi moldada ao longo dos anos, já que, como bem apontado

por SOARES: “Ao longo das diversas etapas do processo de canonização (e não me refiro aqui apenas ao processo formal), ocorre certa transformação do candidato. De uma forma simplista, poderíamos dizer que sua personalidade é remodelada segundo interesses, necessidades e exigências das partes envolvidas. Daí o surgimento de santos “especialistas” (o santo que arruma marido, o que acha objetos perdidos, o que resolve causas impossíveis...) e do aparecimento de um tipo padrão de santidade conforme o período histórico e o contexto social.” (2007, p. 6)

Sem sombra de dúvida, o planejamento e a realização de comemorações para a celebração de José de Anchieta pelo governo federal e pela alta sociedade carioca e paulista, deixam evidentes os interesses em tal empreendimento. Os discursos apologéticos e edificantes sobre Anchieta, os concursos culturais e as ações nas escolas reforçam a ideia inicial, de contribuir para a finalização do extenso projeto de beatificação do missionário.

No entanto, apesar do empenho de setores civis e militares em prol da causa, a opinião pública não foi canalizada de forma suficiente para tal fim, o que fica evidente através da diminuição drástica do número de artigos publicados nos jornais que consultamos referentes aos anos posteriores a 1965.

Esses setores também falharam na tentativa de impor a sua marca na tão almejada beatificação, pois o processo chegou ao fim somente em 1980, pela ação do papa João Paulo II, que, ao lançar-se numa campanha de atração de mais fiéis para a Igreja católica, acabou por efetivar a beatificação do missionário jesuíta sem a comprovação dos necessários milagres estabelecidos pelo Código de Direito Canônico.³⁷ Dessa forma, a beatificação de Anchieta deve ser associada ao Pontificado de João Paulo II, e não aos esforços de setores católicos conservadores da sociedade brasileira. Também a aliança firmada entre a hierarquia católica e a militar na primeira década dos anos sessenta do século XX mostrou-se efêmera e incapaz de levar José de Anchieta à glória dos altares.

Artigo enviado em: 17/09/2009. Aprovado em: 08/06/2010.

Fontes

ANCHIETANA. 1965. *Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”*. São Paulo, Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 447 p.

BRASIL. Lei 5.196, de 24 de dezembro de 1966. Dispõe sobre a instituição do “Dia do Anchieta”. In: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 16 de março de 2004.

BRASIL. Lei 55.588, de 18 de janeiro de 1965. Dispõe sobre a instituição do “Dia do Anchieta”. In: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 16 de março de 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. Edições de 1965 a 1968.

JORNAL DO BRASIL. Edições de 1966 e 1967.

MOUTINHO, SJ, Padre Murilo. *A causa de beatificação do pe. Anchieta. Edições Loyola:* São Paulo, 1980, 1ª edição. 37 p.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Edições de 1965 a 1968.

O GLOBO. Edições de 1965 e 1967.

VEJA. Edições de 1968 a 1980. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: Mar. 2009.

ZERO HORA. Edições de 1965.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. In: *ESTUDOS AVANÇADOS*. Vol. 18. n. 52, 2004, p: 109-120.

AZZI, Riolando. *O Catolicismo Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. 156 p.

AZZI, Riolando. *O Episcopado do Brasil frente ao Catolicismo Popular*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977. 115 p.

BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. 442 p.

BRUNEAU, Thomas. *Religião e politização no Brasil*. A Igreja e o Regime Autoritário. São Paulo: Edições Loyola, 1979. 237 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/190.pdf>>. Acesso em 03/07/2008.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988. 78 p.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COMBLIN, Joseph. Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois. In: *Cadernos Teologia Pública*. nº. 36. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. 33 p.

COHN, Amélia; HIRANO, Sedi; MONTALVÃO, Sérgio. Folha de São Paulo In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 2235-2244.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p: 111-153.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, dezembro de 1995, n.13.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FÉLIX, Loiva Otero; SILVEIRA, Daniela Oliveira. *Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004. 226 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”: o retorno da História Política. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.265-271.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 2866-2875.

FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 391 p.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 275 p.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 29-60.

FILHO, Daniel Aarão Reis. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil*. Disponível em: www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm. Acesso em: 26/10/2007.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Notas de Pesquisa. Salvaguardando o princípio da moralidade e a integridade da nação: a apropriação de Anchieta pelo regime militar. In: *História Unisinos*. V. 11, nº 2 - maio/agosto de 2007, p. 278-281.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo Regime Militar. *Metis*. v. 5. nº 1, 2006, p. 231-252.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Salvaguardando o princípio da moralidade e a integridade da nação: a apropriação de Anchieta pelo regime militar. *Revista História Hoje* (online). v. 3, 2006, p. 1-30.

FLECK, Eliane Cristina Deckman; KASPER, Rafael. Anchieta: uma imagem a serviço de vários altares. *Territórios e Fronteiras* (UFMT), v. 2, p. 1-22, 2009.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; KASPER, Rafael. O Dia de Anchieta: “para retemperar a fé e reforçar os sentimentos de brasilidade”. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano II, n. 5, Set. 2009.

GONÇALVES, A. B. A Igreja Católica E O Golpe De 1964. *Akrópolis*, vol.12, n. 1, 2004, p: 49-55.

JURKEVICS, Vera Irene. *Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular*. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em História. Curitiba, 2004, 218 p.

LEAL, Carlos Eduardo; DILENBURG, Sérgio Roberto. Zero Hora. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 6146-6147.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 2540-2548.

LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. O Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 2027-2035.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004. 207 p.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. 178 p.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. “*Santos da porta ao lado*”: os caminhos da santidade contemporânea católica. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006. P: 9-112 e 208-238.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus. Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985. 180 p.

SIQUEIRA, Rosimar Serena. *As relações institucionais da Igreja Católica de 1945 a 1965*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998. 62p.

SOARES, Hugo Ricardo. *A Produção Social do Santo: Um estudo do processo de beatificação do Padre Rodolfo Komórek*. Dissertação (mestrado) em Antropologia Social. Campinas, SP: [s.n.], 2007. 213 p.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de Souza. As várias faces da Igreja Católica. In: *Estudos Avançados*. Vol. 18. nº 52. São Paulo. Dec. 2004. p: 77-95.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves; KUSHNIR, Beatriz. Veja. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 2866-6005.

¹ O título do presente artigo foi inspirado em afirmação feita por Maria Helena Capelato (1988, p. 15), de que “todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.”

² Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista CAPES.
Email: rflkasper@ibest.com.br.

³ Este artigo resulta das atividades que desenvolvi como bolsista PIBIC-CNPq junto ao projeto de pesquisa “*Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo regime militar*”, sob a coordenação da Profª. Drª. Eliane Cristina Deckmann Fleck, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Prioriza, em razão disso, os resultados do meu envolvimento no subprojeto “*O Dia de Anchieta e sua repercussão na mídia impressa e nas atividades culturais e educacionais*”.

⁴ Ver também os trabalhos de AZEVEDO (2004), SOUZA (2004), SOUZA (2008), GUARIZA (2008) e LIBÂNIO (2008).

⁵ Além das obras citadas, indico os trabalhos de CAPELATO (1996), FERREIRA (1992) e ENNE & TAVARES (2008).

⁶ A criação de uma aura simbólica em torno da memória é trabalhada por LOFEGO: “As dimensões operacionais dos lugares da memória só existem quando a imaginação cria sobre eles uma aura simbólica. Nos rituais comemorativos, é possível o “reviver” do passado que foi escolhido pelos guardiões da memória. O simbolismo do passado cria uma identidade para o presente.” (LOFEGO, 2004, p. 26)

⁷ Esse decreto dizia o seguinte: “**Art. 1º** Fica instituído o “Dia de Anchieta”, que será oficialmente comemorado em todo o país na data de 9 de junho. **Art. 2º** O ministério da Educação e Cultura adotará as necessárias providências para dar excepcional relevo às comemorações do “Dia de Anchieta”. **Art. 3º** O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

⁸ É importante lembrar que “Comemorar é também reafirmar e cristalizar uma identidade” (LOFEGO, 2004, p. 150)

⁹ Em relação à produção de biografias e a sua vinculação com os processos de beatificação e de canonização, cabe ressaltar que elas “sintetizam de forma clara o procedimento de criação social que está por trás do processo de canonização. Elas, além de popularizarem fatos e feitos do servo de Deus, atribuem uma série de características ao personagem, moldando desta forma, sua personalidade dentro dos conformes da Teologia e de acordo com os interesses do (s) grupo (s) envolvido (s).” (SOARES, 2007, p. 11)

¹⁰ ANCHIETANA, 1965, p. 5-8.

¹¹ Julio Garcia Morejón nasceu no norte da Espanha, em Valencia de Don Juan. Formado em Letras e Filologia na Universidade de Salamanca, mudou-se para o Brasil logo após a colação de grau, já que tinha casado com uma brasileira de origem hispânica. Com doutorado pela USP em 1960, vai trabalhar nesta universidade por 30 anos. Nela, vai fundar a ECA (Escola de Comunicação e Artes). Funda também o Centro Hispano-Brasileiro de Cultura, em 1971, logo transformada em Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

¹² Cabe ressaltar que foram analisados oitenta e sete artigos jornalísticos, sendo que os periódicos O Estado de São Paulo e Zero Hora do ano de 1965 foram consultados no Museu da Comunicação social Hipólito José da Costa, Porto Alegre – RS. Os demais foram adquiridos através de contatos com o Grupo Folha, que através do email bd@uol.com.br nos forneceu esses periódicos.

¹³ Essa representação de Anchieta como guerreiro integracionista da nação é mostrada por João de Scatimburgo na Coletânea Anchieta: “De Anchieta se pode dizer que foi o primeiro integracionista; animado pela fé, pôs a inteligência e a vontade na consecução desse fim, e conseguiu-o. A nação brasileira começou a amoldar-se com os capitães gerais, com a vocação missionária da Casa de Bragança, mas quem lhe soprou o primeiro hálito de vida foi Anchieta, o inexausto integracionista. Trazendo para o Brasil o crucifixo como única arma, a fidelidade ao sangue de Cristo como suprema virtude, e a obediência como rija qualidade, Anchieta aproxima índios e portugueses, integrando-os na bela obra que é a nação brasileira cujo batismo foi ato de suas santas mãos”. (ANCHIETANA, 1965, p. 273)

¹⁴ Militar, foi um dos articuladores do golpe de 1964. Após o golpe, procurou se manter afastado da política. Foi membro da nova Comissão que deveria organizar os festejos em honra a Anchieta. (ABREU, 2001, p. 1818-1826)

¹⁵ Segundo a matéria jornalística, “A petição está escrita num pergaminho seiscentista “digno de figurar na Biblioteca do Vaticano”, cuja capa é um quadro onde, além do ouro, está a mensagem dirigida ao Papa e ilustrações do Padre Anchieta com representações das três fases mais importantes de sua personalidade: o poeta, o taumaturgo e o educador.” (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

¹⁶ Parece-nos que, efetivamente, Anchieta – e seu Dia – foram, neste momento, relegados a um segundo plano, como se constata neste trecho extraído do Jornal do Brasil: “Há seis meses ficou pronto o pergaminho, mas as assinaturas só foram recolhidas agora, no final da legislatura, porque houve a preocupação de só se fazer isto depois das eleições parlamentares de 15 de novembro, “para se evitar explorações em torno do assunto”. Assinaram 60 senadores e 360 deputados. (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

¹⁷ Em relação a este aspecto, Tânia Regina de Luca pondera que “O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação”. (DE LUCA, 2005, p. 140)

¹⁸ LEAL e SAUL, 2001, p. 2027-2035. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹⁹ Somente após o AI-5, em 1968, é que Mesquita Filho se desentende com o governo e passa para a oposição, sofrendo inclusive a censura prévia. Este jornal inovou ao publicar receitas de bolo e versos de Camões no local das matérias censuradas.

²⁰ COHN; HIRANO; MONTALVÃO, 2001, p. 2235-2244. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

²¹ LEAL e MONTALVÃO, 2001, p. 2540-2548. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

²² LEAL e DILENBURG, 2001, p. 6146-6147. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

²³ Inaugurado em 1891, por Joaquim Nabuco, para ser o veículo defensor dos monarquistas, seria vendido, em 1893, passando a expressar o apoio incondicional ao regime republicano. No início da década de 1969, o jornal passou por uma reformulação e tornou-se mais competitivo. Sabe-se que o periódico apoiou o golpe militar e o regime, definindo-se como “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (FERREIRA e MONTALVÃO, 2001, p. 2866-6005)

²⁴ Para o estudo sobre a repercussão da beatificação de José de Anchieta na imprensa nos valem do referencial teórico-metodológico apresentado anteriormente e como fontes, usamos os exemplares dos jornais *O Estado de*

São Paulo e Folha de São Paulo – de 1965 a 1968 – e das edições da revista *Veja*, referentes a período de 1968 a 1980.

²⁵ É importante salientar que “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. Memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos.” (ENNE e TAVARES, 2008, p. 3).

²⁶ Cabe lembrar que um dos motivos do golpe foi a infiltração comunista no governo Goulart. Tal infiltração era definida como “a primeira forma assumida por um “comunismo ateu” que “aboliria as classes sociais”, proletarizando as classes médias, que separaria os filhos dos pais, destruindo a família, e que, por fim, proibiria o livre exercício das religiões, destruindo assim, de maneira radical e total, os supostos valores ocidentais e cristãos da sociedade brasileira (SIMÕES, 1985, p. 37). Isto pode explicar o apoio fornecido aos militares por boa parte da hierarquia católica.

²⁷ Segundo Gonçalves (2004, p. 54) “a CNBB foi muito prejudicada pelo golpe de 1964, pois o mesmo gerou a desmoralização do grupo progressista, que desde sua criação em 1952 até 1964, dominava a maioria dos cargos da entidade. Os mais importantes membros desse grupo, como Dom Hélder e Dom Carmelo Mota foram transferidos para dioceses afastadas e com menor peso de influência, passando a dedicar-se principalmente a seus problemas de ordem local. No final de 1964, o grupo dos progressistas sofreu ampla derrota nas eleições da CNBB, a partir dali a entidade perderia sem ímpeto na questão social, não mais se manifestando nacionalmente a esse respeito, fato que só voltaria a ocorrer novamente a partir de 1968.”

²⁸ Não podemos esquecer que o ano de 1968, além dos reflexos das agitações mundiais, nos reservou o Ato Institucional nº 5 que concedeu poderes ilimitados ao presidente militar. O ano de 1968 e o AI-5 são discutidos por Fico: “É certo que, a partir de dezembro de 1968, com a edição do AI-5, houve uma intensificação da censura da imprensa, pois o *decretum terrible* permitia praticamente tudo. Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder.” (FICO, 2004, p. 87). Tal informação é importante para entendermos a diminuição do número de artigos publicados após esse ano.

²⁹ Ficam evidentes em *Anchieta* – tanto em seus escritos, quanto em sua atuação missionária – as marcas do espírito cruzadístico, manifestadas na crença de que a guerra atendia a desejos divinos.

³⁰ Julio de Mesquita Filho, ao dar início às comemorações, procura – em seu discurso – identificar o regime militar com a obra realizada por *Anchieta*: “É, pois, um ato de afirmação que neste instante participamos - afirmação que se traduz no propósito em que está a Revolução de permanecer fiel àquele humanismo cristão que nos legou *Anchieta* e que a subversão comuno-nacionalista pretendia banir da nossa comunhão”. (ANCHIETANA, 1965, p. 11).

³¹ Nesse sentido, conferir o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História de Paula Cardoso de Lucena (Bolsista FAPERGS, vinculada ao Projeto de Pesquisa “*Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo regime militar*”), apresentado em 2008, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos cujo título é “*Um soldado a serviço do Rei e de Deus: as representações da atuação do jesuíta José de Anchieta no episódio da França Antártica*”.

³² O Governador de São Paulo, Sr. Ademar de Barros, em mensagem sobre o “Dia de *Anchieta*”, ressaltou: “*Anchieta*, simples, bondoso, humilde que a si mesmo considerava o menor entre todos os membros da Companhia de Jesus, não contente de desenvolver ação que se projetava em todos os horizontes, ainda fez mais: ajudou Nóbrega a negociar aliança com os tamoios rebeldes do litoral, estruturando a paz de Iperoigüé, que expulsou os franceses da Guanabara, possibilitando a fundação do Rio de Janeiro e criando as condições para a manutenção da unidade da crença e da língua, que construíram a unidade do território”. (*Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jun. 1965. s/p).

³³ Segundo Hugo Soares (2007, p. 2), “Por trás de um processo canônico há um intenso jogo de estratégias e de tentativas de impor seus próprios elementos simbólicos.”

³⁴ Nessa afirmação podemos perceber o tom de descontentamento do Vice-Postulador em relação à lenta e burocrática atuação da Congregação para a Causa dos Santos. Dela também se pode concluir que as causas de beatificação e de canonização requeriam muito dinheiro, pois havia os gastos com o pagamento do advogado da causa, com os processos burocráticos, com o levantamento de milagres, e, sobretudo, com propaganda, que visava incentivar os católicos a pedirem a intercessão do candidato a santo, a fim de ser alcançado o tão esperado milagre. Em uma Causa como a de *Anchieta*, que se iniciou em 1597, logo após a sua morte, e que foi concluída somente em 1980, com a beatificação (perfazendo um total de 383 anos), pode-se perguntar: quanto deve ter sido gasto?

³⁵ Na página eletrônica da CANAN (Comissão Pró-Canonização de *Anchieta*), figuram alguns dos supostos milagres realizados por *Anchieta*. Tais milagres não foram aceitos pelo Vaticano e os reproduzimos aqui a título de ilustração: “Ao recitar um versículo do evangelho à orelha de um garoto desenganado chamado Jerônimo, este se cura não só da enfermidade, mas consegue livrar-se de uma ferida que carregava de nascença. Ana

Ribeiro, a mãe da criança, prestou depoimento em 1627. Em 1627, Suzana Dias, neta do cacique Tibiriçá, relata, que quando menina, ouviu os padres Manoel da Nóbrega e Luís da Grã comentarem que Anchieta era santo e que seus sonhos eram revelações. Ainda de acordo com ela, quando tinha 12 anos e estava enferma, desejou morrer consagrando sua virgindade a Deus. Anchieta, sem que ela tivesse falado sobre o assunto com ninguém, lhe recomendou, a partir de um sonho o contrário: que se casasse. Suzana Dias casou-se, tempos depois, com o Juiz Manoel Fernandes Ramos dando origem aos “Fernandes povoadores”, porque seus descendentes tornaram-se sertanistas, bandeirantes e fundadores de muitas vilas. Além de São Paulo, São Miguel, Guarulhos, Barueri e Carapicuíba, Anchieta foi, portanto, o responsável pela fundação de outras cidades, como Santa do Parnaíba, Itu e Sorocaba; . Disponível em: <http://www.anchieta-santo.org/principal.htm>, Acesso em 22/07/2009.

³⁶ É importante salientar que a figura de santo de Anchieta foi moldada ao longo dos anos, já que, como bem apontado por SOARES: “Ao longo das diversas etapas do processo de canonização (e não me refiro aqui apenas ao processo formal), ocorre certa transformação do candidato. De uma forma simplista, poderíamos dizer que sua personalidade é remodelada segundo interesses, necessidades e exigências das partes envolvidas. Daí o surgimento de santos “especialistas” (o santo que arruma marido, o que acha objetos perdidos, o que resolve causas impossíveis...) e do aparecimento de um tipo padrão de santidade conforme o período histórico e o contexto social.” (SOARES, 2007, p. 6)

³⁷ O Código de Direito Canônico só veio a ser alterado em 1983, através da introdução uma nova categoria de beato, não milagreiro, um católico respeitado pelo conjunto de sua obra.